

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Vara da Família e dos Menores

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, residente em Rua da Alegria, 45, 2.º D, 1150-064 Lisboa, NIF 123 456 789

Réu/Requerido: José António Pereira, residente em Avenida da República, 120, 3.º B, 4000-123 Porto, NIF 987 654 321

Mandatários:

- Dr.ª Ana Sofia Martins – OAB/OA 12345, escritório em Rua das Flores, 12, 1.º, 1050-089 Lisboa

- Dr. Luís Fernando Carvalho – OAB/OA 67890, escritório em Praça da Liberdade, 8, 2.º, 3000-456 Coimbra

Juiz de Direito: Dr. Carlos Alberto Mendes

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

Despacho de Encerramento da Instrução

Vistos, etc.

1. **Considerando** que foram realizadas as audiências de instrução previstas no artigo 562.º do Código de Processo Civil, designadas para os dias 10 e 12 de janeiro de 2026, nas quais foram colhidos os seguintes meios de prova:

Nº	Tipo de Prova	Conteúdo / Observações
1	Documento	Certidão de residência do réu emitida pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Gaia (data de emissão: 5 de janeiro de 2026).
2	Documento	Relatório psicossocial da menor Ana Sofia Pereira, elaborado pelo Serviço de Proteção da Infância e Juventude de Lisboa (data: 8 de janeiro de 2026).
3	Depoimento	Testemunho da Sra. Marta Lopes, avó materna da menor (ouvida em 10 de janeiro de 2026).
4	Depoimento	Testemunho do Sr. João Silva, psicólogo da escola da menor (ouvido em 12 de janeiro de 2026).
5	Documento	Registo de comunicações eletrónicas (e-mails e mensagens de texto) entre as partes, referentes ao regime de visitas (recolhidos em 12 de janeiro de 2026).
6	Perícia	Perícia psicológica da menor, concluída em 14 de janeiro de 2026, anexa ao processo.

2. **Constata-se** que todas as provas admitidas foram produzidas, recolhidas e devidamente juntadas ao processo, não havendo requerimentos pendentes de produção de novos meios de prova, nos termos do artigo 563.º, n.º 1, do CPC.
3. **Entende-se** que, tendo sido satisfeitos os requisitos de instrução e estando presentes os elementos de facto necessários à formação do convencimento judicial, se encontra superada a fase de instrução, nos termos do artigo 564.º, n.º 1, do CPC.
4. **Determina-se o encerramento da fase de instrução** e, conseqüentemente, a passagem à fase de decisão.

5. **Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da notificação do presente despacho, para que o juiz profira a **sentença** que decidirá sobre a modificação da regulação das responsabilidades parentais, nomeadamente a fixação de nova guarda e visitas supervisionadas, nos termos do melhor interesse da menor Ana Sofia Pereira.
6. **Intime-se** a parte autora e a parte ré, por intermédio dos respetivos mandatários, para que tomem ciência do presente despacho, nos termos do artigo 221.º do CPC.
7. **Publique-se** o presente despacho no Boletim de Informação Judicial (BIJ) e registre-se nos autos.

Nada mais a decidir.

Dr. Carlos Alberto Mendes

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Certifico que o presente despacho foi afixado na secretaria da Vara da Família e dos Menores em 15 de fevereiro de 2026, e que foi procedido à sua notificação eletrónica aos advogados das partes, nos termos da Lei n.º 73/2017, de 31 de dezembro, e do Código de Processo Civil.